

PERIFERIA VIVA E AGROECOLOGIA NA TERRA DA CANA: AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E REDE AGROFLORESTAL DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO/SP

Neusa Paviato Botelho Lima¹

RESUMO

A situação da classe trabalhadora tem piorado muito nos últimos anos em todos os sentidos, especialmente agravada na conjuntura atual de pandemia. A pandemia vem atingindo tanto a população do campo quanto a da cidade, intensificando o desemprego, a fome, e rebaixando a níveis ínfimos as condições de vida. Acrescenta-se a tudo isso, perdas de direitos sociais e de políticas públicas sociais. Neste projeto de sociedade totalmente desigual, os trabalhadores tornam-se vítimas vulneráveis, sem condições mínimas de produzirem a sua própria existência. Este artigo apresenta o Programa “Periferia Viva” trazendo à discussão ações de solidariedade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Parceria com a Rede Agroflorestal da Região de Ribeirão Preto que neste momento de pandemia, vem cumprindo um papel solidário que seria de responsabilidade do poder público no combate à fome. Além disso, o presente trabalho dialoga com os antecedentes da crise na Região, principalmente como o agronegócio da cana de açúcar vem impactando nas relações de trabalho, nessa região marcada pela luta pela terra.

Palavras Chaves: Solidariedade. Soberania alimentar. Pandemia. Insegurança alimentar.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo traz presente os conflitos que se acirraram com a crise econômica mundial, e a pandemia da covid-19, afetando principalmente às comunidades carentes, onde a fome se estabeleceu de uma forma mais agressiva, e como a luta dos trabalhadores organizados vem superando os impactos econômicos e sociais, articulando uma frente de luta conjunta, campo e cidade, com a interação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST com a União dos Movimentos de Moradia – UMM.

Em uma realidade de trabalhadores sem empregos ou em situação de precariedade do trabalho, resultado do desmonte feito pela reforma trabalhista, que vem gerando um número expressivo de desempregados no Brasil, situação que não é diferente em Ribeirão Preto, principalmente nas periferias onde estão concentrados a maior parte destes trabalhadores, que no momento ainda sofrem com os impactos da pandemia.

A crise urbana causada pelo próprio capitalismo, engendrada pela especulação imobiliária no município de Ribeirão Preto, somada à herança da concentração de terras pelos latifundiários, que diante de um processo de expansão de *commodities*, são substituídos por empresas do capitalismo agrário, que mantém as mesmas práticas da essência escravocrata, sendo “o velho com roupa nova”, pois perpetuam-se processos de acumulação de capital, à partir da fragilização das relações de trabalho.

Em contraponto, há em curso uma construção de processos de resistência, que na atualidade são expressos por meio de experiências de solidariedade de classe, principalmente na pandemia, à partir da integração de territórios contra hegemônicos de assentamentos do MST na região, que à partir da produção agroecológica visam conservar, a vida, a natureza e a biodiversidade, e portanto, refletindo um processo de soberania alimentar que permeia o

¹ Educanda do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu –Especialização em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina –UFSC.

campo e a cidade, na construção de autonomia em espaços de luta, para enfrentamento da crise alimentar que os impactos econômicos têm trazido.

O próprio processo de produção de alimentos saudáveis, agroecológicos e agroflorestais, foram fundamentais para realização de ações de solidariedade junto das periferias de Ribeirão Preto, principalmente em comunidades de ocupação, o que evidencia a dificuldade do modelo de produção do agronegócio, e subverte a ideia de que Ribeirão Preto é a “terra da cana” ou “a capital do agronegócio”, já que em relação à garantia de segurança alimentar, não representa nenhum retorno a sociedade em que pese o combate à fome, restringindo apenas ao processo de acúmulo de capital.

O Programa pesquisado foi denominado “Periferia Viva” e para descrevê-lo utilizamos a metodologia da pesquisa qualitativa participativa (TRIVIÑOS, 1987), contando com pequeno aporte de métodos quantitativos, somada às vivências no momento de pandemia da Covid-19, que se caracterizam por um ‘instrumento empírico de pesquisa militante’. Para tanto, o passo inicial foi a pesquisa bibliográfica buscando dar respaldo teórico ao artigo, buscando textos com perspectiva epistemológica compatível com a pesquisa. Foram levantados e analisados relatórios de entregas da produção nas comunidades e outros documentos com tabelas estruturadas, além das redes sociais do MST.

2. AGROECOLOGIA E AÇÕES DE SOLIDARIEDADE NA PANDEMIA

A agroecologia deve ser compreendida de uma forma ampla e não somente “uma nova ciência anti-hegemônica” que se contrapõe à ciência convencional, positivista, alinhada ao capital, ou como um novo modo de produção sustentável e limpa, mas para além disso, como ‘um modo radical de vida’, em contraposição ao ao *modus vivendi* no capitalismo, ‘uma nova visão de mundo’ que respeita a sabedoria dos camponeses e dos povos originários, bem como um ‘projeto revolucionário’ para suprir a falha metabólica existente com a ruptura das relações dos seres humanos em não oposição (ou em harmonia e respeito) com a natureza, como destacam Foster (2005) e Mohr (2019).²

Na defesa veemente da dialética, no prefácio de sua obra “A dialética da Agroecologia” Pinheiro Machado destaca que “a agroecologia é uma ciência dialética. Como tal, não tem dogmas nem receitas, porém tem princípios. É o caminho mais racional para a produção de alimentos limpos” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 21).

³Polemizando sobre a questão das interpretações mais idílicas, os autores da obra supra mencionada, defendem que a agroecologia deve ser entendida como

“um método, um processo de produção agrícola- animal e vegetal- que resgata os saberes que a revolução verde destruiu ou escondeu, incorporando-lhe os extraordinários progressos científicos ou tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a

² Há divergências em relação à origem do termo ‘agroecologia’. Mohr (2019) destaca em sua tese doutoral que o termo agroecologia aparece como conceito no ano de 1928 e foi criado pelo agrônomo russo Basil Bentsin com a intenção de aprofundar o estudo das relações ecológicas que acontecem na agricultura incorporando o componente humano”. Entretanto, Pinheiro Machado (2014, p.35) apresenta uma outra indicação de origem do termo, atribuindo à Howard em 1934 o seu desenvolvimento conceitual. Este autor destaca que Lysenko, em 1950, contribuiu para a disseminação do termo nos cursos de agronomia.

³ A partir de 1980 segundo Pinheiro Machado (2014) o termo passou a ser usado em função da luta por uma “agricultura limpa” mas com um significado mais amplo “de uma agricultura que incorpora as dimensões sociais, culturais, éticas e ambientais.

produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos [...] **em qualquer escala**.⁴

(MACHADO, MACHADO FILHO, 2014, p.36)

Outros autores, de forma mais pragmática, tais como Gliessman (2001), defendem que a agroecologia é a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.

Por sua vez, Caporal (2016) defende que a agroecologia não é um tipo de agricultura, pois envolve diversas técnicas de acordo com cada território e ambiente, bem como, os saberes tradicionais de cada comunidade, também não é um movimento social, mas sim, “o elemento galvanizador” de movimentos agroecológicos. É o que lhe dá identidade e unidade”.

Complementando essa compreensão, Caporal e Costabeber (2002) afirmam que a Agroecologia proporciona as bases científicas e metodológicas para a promoção de estilos de agriculturas sustentáveis, produção de alimentos em quantidade adequada.⁵

A agroecologia surge na contramão das teorias desenvolvimentistas na agricultura, apregoadas pela “revolução verde”, as quais receberam a denominação de ‘modernização conservadora’.

Como se sabe

“a essência da “revolução verde”, hoje gerida explicitamente pelo capital financeiro , que controla o pequeno grupo de multinacionais que detém as patentes das sementes e a produção de fertilizantes e agrotóxicos , é mudar o ambiente e implantar imensas monoculturas, incorporando grande contingentes energéticos via insumos moderno produtos do petróleo, todos produzidos pelas multinacionais [...] realiza a reprodução do capital em um novosegmento econômico, o agronegócio ou agricultura industrial”

(MACHADO, MACHADO FILHO, 2014, P. 54)

A agroecologia veio na defesa de duas conquistas: a soberania e a segurança alimentar as quais, contrariamente ao que apregoava a revolução verde, são indispensáveis para garantir aos povos “o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (CONSEA, 2017).

Portanto, a agroecologia representa uma conquista tratando-se da soberania e da segurança alimentar e nutricional de um país, especificamente daqueles países que estão na dependência dos mercados externos, dos produtores que utilizam massivamente agrotóxicos em suas lavouras, e das corporações multinacionais . A conquista da soberania em termos alimentares e nutricional “é pré-condição para a soberania política segundo Machado; Machado Filho (2014, p. 85). E em tempos de pandemia, mais do que nunca, são pré-condições de superação da crise social, econômica e sanitária que se abate sobre o nosso país e sobre o mundo.

Nesse momento em que atravessamos uma crise pandêmica e os seus desdobramentos sobre as questões políticas, sociais e econômicas, observamos que os problemas estruturais se desvelam mais agressivamente, como é o caso da má distribuição

⁴ Grifos do autor. Essa questão da escala é um dos pontos divergentes da interpretação de Luiz Carlos Pinheiro Machado na sua crítica das interpretações que enfatizam a relação direta da agroecologia com a pequena produção.

⁵ Observa-se que há várias interpretações que relacionam de forma atávica a agroecologia à sustentabilidade ambiental. Outros referem-se à relação entre agroecologia e os três pilares da sustentabilidade: ambiental, econômico e o social. Em geral há referência ao conceito formulado a partir da Conferência Eco 92 indicando que a Sustentabilidade é a capacidade de atender as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.

de renda, do não acesso à terra para produzir, do desemprego, da fome. E, na ausência de políticas públicas sociais, é que se faz sentir a necessidade imperiosa de serem desenvolvidas ações de solidariedade para combater, principalmente, o maior de todos os males que pode atingir os seres humanos: a fome.

Diante de um cenário assim tão preocupante é que se destacam as ações de solidariedade, materializadas por programas e projetos que se pautam, não por não atitudes caridosas ou de doação do que se têm de sobra, mas sim, na distribuição de alimentos produzidos pelos camponeses de forma segura, sem agrotóxicos, alimentos agroecológicos para compartilhar com estas populações mais atingidas pela pandemia e seus desdobramentos sociais e econômicos.

É este o sentido das ações desenvolvidas pelos agricultores dos assentamentos e acampamentos rurais organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST na defesa da vida de milhares de trabalhadores ameaçados pela Covid-19 e pela fome, como é o caso do Programa “Periferia Viva” na Região de Ribeirão Preto, *locus* e objeto da nossa pesquisa e outros inúmeros acampamentos e assentamentos rurais multiplicaram as ações de solidariedade em todo o território nacional direcionadas a estas populações mais afetadas pela crise.

Além deste Programa solidário, várias outras ações solidárias vêm sendo desenvolvidas em todo o país no decorrer dos anos 2020-2021 em plena pandemia da Covid-19, dentre elas, destacam-se as ações desenvolvidas pelos 24 estados brasileiros, onde segundo o site do Movimento⁶ os os camponeses do MST haviam doado até o final do terceiro trimestre de 2020, 3.400 toneladas de alimentos, possibilitando o acesso a alimentação saudável a milhares de famílias em situação de vulnerabilidade nas áreas periféricas das cidades e em comunidades indígenas. O texto destaca ainda que se torna importante registrar “que tal acolhimento é realizado a partir do fruto do trabalho destes agricultores, daquilo que eles produziram para alimentar suas famílias. Porém, com a clareza de seu papel social, partilham o bem mais precioso que possuem, o alimento”. Portanto a partilha não significa esmola nem de caridade, mas trata-se de uma genuína ação política de solidariedade.

Outras experiências foram e ainda estão sendo desenvolvidas, como por exemplo, pelo Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais –SASOP⁷ uma organização da sociedade civil, com sede em Salvador, na Bahia, cujas atividades referem-se ao fortalecimento da agricultura familiar e promoção da agroecologia e da convivência com o semiárido como modo de vida dos povos dos biomas Caatinga e Mata Atlântica. O SASOP desde o início da pandemia vem desenvolvendo projetos solidários como a campanha “O Campo contra o coronavírus”, estratégia de comunicação para repassar informações práticas de como lidar com a pandemia; o apoio às agricultoras da Articulação de Mulheres do Baixo Sul da Bahia para a confecção de máscaras, distribuição de centenas de cestas básicas com comida “de verdade”, além de produção de *lives* e vídeo aulas de orientação e formação de agentes comunitários rurais e beneficiários de programas sociais, dentre outros.

⁶ <https://mst.org.br/2020/09/09/desde-o-inicio-da-pandemia-mst-ja-doou-3400-toneladas-de-alimentos/>. Acesso em 12/05/2021.

⁷ No site da SASOP estão descritas detalhadamente as inúmeras ações realizadas, com destaque para a campanha sobre Segurança Alimentar e Nutricional com o tema/chamada “Comida de Verdade” em parceria com a *Terre Des Hommes Suisse* (TDH), *ActionAID* e Pão para o mundo. <https://sasop.org.br/2021/01/agroecologia-e-solidariedade-no-enfrentamento-a-pandemia-da-covid-19/>Acesso em 12/05/2021.

Ações de Solidariedade também são observadas entre comunidades tradicionais do estado do Rio de Janeiro como as promovidas pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis– OTSS de Bocaina com a formação de redes de solidariedade, internamente e fora dessas comunidades para evitar que a fome e a falta de recursos essenciais cheguem até as comunidades que se encontram em maior situação de vulnerabilidade.⁸ Houve ainda a constituição de redes solidárias em Paraty, denominadas “Junta Comunitária, o C.A.N.O.A. Arte Indígena e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba” e foram realizadas campanhas de arrecadação de mantimentos para apoiar as aldeias indígenas da região de Bocaina. Práticas de economia solidárias foram incentivadas, conforme destacadas no site da OTSS.

Diversas experiências de ações solidárias além das supracitadas, foram divulgadas nos sites das organizações promotoras e, com algumas limitações, pela mídia. Estas ações acima descritas evidenciam no contexto da realidade concreta a interpretação Eduardo Galeano⁹ conforme epígrafe deste artigo, sobre a diferença fundamental entre ‘solidariedade’ e ‘caridade’. Para Galeano a Solidariedade é horizontal: “Eu não acredito em caridade. Eu acredito em solidariedade. Caridade é tão vertical: vai de cima para baixo. Solidariedade é horizontal: respeita a outra pessoa e aprende com o outro. A maioria de nós tem muito o que aprender com as outras pessoas”. Uma interpretação que nos remete a uma hierarquia entre doador e receptor da ‘contribuição’, sendo que a solidariedade estabelece um vínculo lateral, democrático, igualitário e portanto, não humilha a quem recebe a doação. E a solidariedade evoca ainda uma ação pedagógica, de repasse de conhecimentos agregado à entrega dos alimentos, por exemplo, no caso dos alimentos limpos, agroecológicos, livres de agrotóxicos, destacando as vantagens para a saúde e à vida dos seres humanos, enfatizando e destacando as questões de segurança e soberania alimentar. Uma ação política também se faz presente nas ações solidárias.

3. A CANA-DE-AÇÚCAR E AS CONTRADIÇÕES DO AGRONEGÓCIO FACE A CRISE ECONÔMICA E SOCIAL

Ribeirão Preto está localizada a 330 km da capital de São Paulo, é uma cidade denominada “a capital do agronegócio” (ABAG, 2019) por ser referência na produção de cana-de-açúcar para a fabricação de etanol e açúcar com destino ao mercado internacional de *commodities*. A sua população está em torno de 712 mil habitantes.

A cidade foi construída com base num histórico agrícola que remonta ao final do século XIX, quando se tornou a principal área produtora de café do Estado de São Paulo. Até a crise internacional de 1929 a cafeicultura foi a principal atividade econômica da região, dinamizando a construção de uma rede de cidades que se formou ao longo do eixo das ferrovias e sendo responsável pelo crescimento e estruturação interna das cidades (IPT, 2000 apud Junqueira, 2016).

Neste contexto, é “a partir da década de 1960 que os efeitos da intensificação do capitalismo no campo começam a alterar de forma mais significativa a região alterando as bases técnicas e organizacionais da agricultura” (JUNQUEIRA, 2016), que passam a ser mais

⁸ <https://www.otss.org.br/post/agroecologia-e-solidariedade-entre-comunidades-tradicionais-no-combate-a-covid>

⁹ Eduardo Galeano escritor e jornalista uruguaio (1940-2015) publicou a obra “As veias abertas da América Latina” que exerceu bastante influência sobre a esquerda latino-americana. Primeira edição em 1970 e reeditado em 1977. Um ‘clássico libertário’ esclarecedor da dependência e da ‘vassalagem’ de que padece historicamente a América

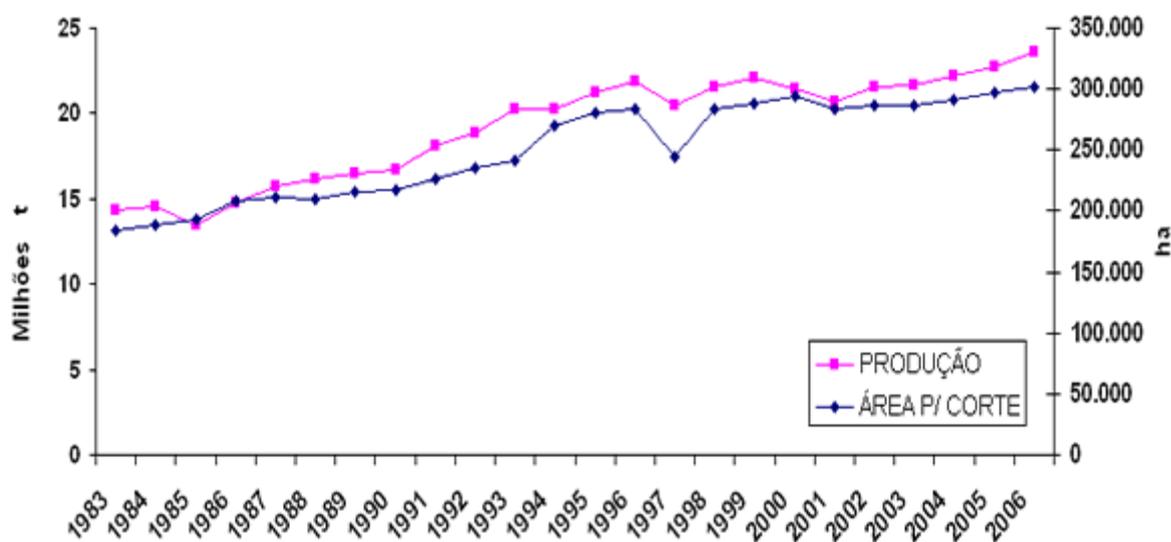
Latina.Fonte:<https://www.estantevirtual.com.br/livros/eduardo-galeano/as-veias-abertas-da-america-latina/1785822659>

voltadas a produção sucroalcooleira. Tendo seu crescimento exponencial na década de 90, quando a demanda de consumo internacional crescia, como demonstram os dados:

Para essa região, o grande aumento de área de cana ocorreu na década de 1990, cujo período apresentou taxa de variação total de 24,53% (a variação anual média foi de 2,61%). O período de 2000 a 2007 apresentou variação menor, uma vez que houve saturação das áreas de produção na região, com taxa de variação total de 2,06% (variação anual média 0,58%). A produção teve comportamento inverso, pois o maior incremento se deu no segundo período analisado. Houve um ganho de 24,28% na produção de cana em toneladas, na década de 1990 (média das variações anuais de 2,81%). No período 2000-2007, o incremento da produção foi menor, com variação total de 9,08% e média das variações anuais de 0,95%. (IEA. 2007)¹⁰

É possível observar este aumento no gráfico, que demonstra a evolução da área e a produção de cana para indústria na região administrada pelo Escritório de Desenvolvimento Rural- EDR de Ribeirão Preto:

Gráfico 1: Evolução da área e a produção de cana para indústria na região administrada pela EDR de Ribeirão Preto.



Fonte: IEA/APTA. 2007

Essa expansão do cultivo de cana na região, ganha força com o processo de “modernização”, após a revolução verde, que por um período representou a essência do agronegócio, segundo evocam Machado e Machado Filho (2014) e que vem ao longo dos anos se adaptando, à uma aproximação direta com o processo de financeirização, que concentra capital em um grupo de multinacionais, conforme já citado no item anterior desse artigo, tratando-se da fala de Machado e Machado Filho (2014, p. 54) destacando o papel do capitalismo agrário e do agronegócio.

Por outro lado, o agronegócio enquanto transformava a base técnica da agricultura (com o aumento médio da produtividade), gerando divisas por meio das exportações agrícolas, também intensificava o êxodo rural, pois esse processo reafirmava a concentração da propriedade e os entraves para o acesso à terra, fazendo com que, progressivamente, meeiros, posseiros, pequenos arrendatários, dentre outros, dessem lugar ao trabalhador rural volante, também conhecido como “boia-fria,” que vive na cidade e trabalha nos complexos

¹⁰ Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=8911>

rurais, altamente dependente da produção da cana-de-açúcar, a reprodução da existência de grupos de famílias que, historicamente, têm suas experiências associadas ao espaço rural, passou a sofrer muitas transformações, a começar pela desocupação desse território (FIRMINIANO, 2009).

A consequência foi que muitos trabalhadores ficaram desempregados, enquanto outros protagonizaram o caminho inverso da migração, voltando à sua terra natal, mas outros permaneceram na região de Ribeirão Preto, estabelecendo -se em favelas, que tem por característica essa massa de trabalhadores expulsos do campo, ou que seguem por gerações, em situação de exclusão social, desprovidos de direitos básicos e sem a atenção de políticas públicas básicas para sobrevivência do ser humano, a maioria organizada por meio dos movimentos de moradia.

Numa sociedade capitalista todo meio de produção serve ao capital porque acarreta a seu possuidor, devido ao trabalho assalariado, a mais valia (MARX, 1969). No entanto, as mudanças das leis trabalhistas e os acordos estabelecidos pelos empregadores acarretaram aos trabalhadores perdas em todos os sentidos, desde as jornadas de trabalho e perdas de direitos conquistados na constituição de 1988. Essas perdas associadas à ausência de políticas públicas e sociais contribuíram para o aumento da fome no Brasil. A concentração de renda atingiu um patamar alarmante:

O número de bilionários no Brasil saltou de 45 para 65 pessoas em 2021, crescimento de 44%, de acordo com lista da revista *Forbes* divulgada ontem (6). Juntos, desde o ano passado, durante a pandemia do novo coronavírus, eles praticamente dobraram o montante acumulado, que atualmente atinge a marca de R\$ 1,2 trilhão. Ao mesmo tempo, estudo desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan) divulgado nesta semana mostra que “19,1 milhões de brasileiros estão passando fome”. (REDE BRASIL ATUAL, 2021)

Diante disso, fica evidente a principal contradição do capitalismo, a concentração de renda de uma sociedade nas mãos de poucos, enquanto a maior parte da população sofre com a crise econômica, principalmente os mais pobres, e socialmente vulneráveis, que passam fome.

Cumpramos brevemente destacar, que a matriz produtiva do agronegócio por meio da produção de monocultivos e pastagens, são os principais responsáveis pela destruição de florestas, gerando desequilíbrios em toda biodiversidade, responsáveis pelo surgimento de inúmeras doenças e quicá de vírus graves como o Covid-19.

Estudos científicos publicados anos antes da atual pandemia já mostravam a conexão entre perda florestal, proliferação de morcegos nas áreas degradadas e coronavírus. Análises assinadas por Anete Afelt, pesquisadora da Universidade de Varsóvia, na Polônia, descrevem como os altos índices de destruição florestal nos últimos 40 anos na Ásia eram um indicativo de que a próxima doença infecciosa grave poderia sair dali. (NEO MONDO, 2020)

A matéria publicada pela Neo Mondo (2020) destaca que há pelo menos duas décadas que cientistas repetem o alerta: “à medida que populações avançam sobre as florestas, aumenta o risco de micro-organismos – até então em equilíbrio – migrarem para o cotidiano humano e fazerem vítimas”, o que complementa a pesquisadora Doutora Ana Lúcia Tourinho: “*está aí o novo coronavírus esfregando isso na nossa cara*”.

Por isso, é preciso entender a reforma agrária popular, como ação de transformação da sociedade, não só pela democratização da terra aliado à garantia de alimentos saudáveis, em quantidade suficiente à população mais pobre, como também para garantir a conservação do meio ambiente, e um meio de enfrentamento ao avanço do capitalismo agrário, que vem expandindo suas fronteiras agrícolas e exploração de minérios, sobre territórios camponeses, quilombolas, indígenas e sobre a floresta.

4. A LUTA PELA TERRA DE ONTEM É A COMIDA NA MESA DO TRABALHADOR HOJE: O PROCESSO HISTÓRICO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO.

Mais do que pautar as ações de solidariedade protagonizadas pelo MST na conjuntura atual, é importante saber toda trajetória que levou à consolidação de vários territórios do MST na Região, que dialoga com a importância da reforma agrária popular, para a produção de alimentos saudáveis, já que a agroecologia é o cerne da luta do MST, que para Kelli Mafort, em entrevista ao jornal Brasil de Fato (2019) representa uma luta de toda a sociedade:

Agroecologia depende de uma base territorial. Não se consegue fazer agroecologia em vaso de apartamento. Então, pensar em agroecologia e pensar em conservação ambiental é pensar em questão agrária, em como é que a gente consegue fazer um processo de distribuição de terra massiva no nosso país. Porque nós não estamos pensando em alimentar a classe média, que pode comprar alimentos orgânicos. Quem tem direito à alimentação saudável é o povo brasileiro como um todo (MAFORT, 2019)¹¹

O MST, construiu um processo de regionalização, chamada de Regional de Ribeirão Preto, que conta atualmente com os assentamentos: 17 de abril no município de Restinga- SP, Sepé Tiaraju no município de Serrana, Mario Lago no município de Ribeirão Preto, Aparecida Segura no município de Orlandia. E os acampamentos: Alexandra Kolontai no município de Serrana, Ilda Silva no município de Ribeirão Preto, Vanderlei Caixe no município de Sales de Oliveira, Irmã Dorothy no município de Restinga, Campo e Cidade Paulo Botelho no município de Jardinópolis.

No final de década de 1990, as lutas dos trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto ganhavam força, em parte por influência dos sindicatos ainda que se constituíam como os principais instrumentos de organização da classe trabalhadora e, na época, alguns deles buscavam se articular, reunir forças, com a intenção de aproximar a luta dos trabalhadores da cidade e do campo e, com isso, fortalecer a organização dos trabalhadores, e por outro lado havendo um aumento da organização por meio do MST para ocupação de terras, com a modernização da agricultura, que substituiu diversos empregos por máquinas, levando estes trabalhadores a se organizarem, reflexão que apresenta Welch (2010).

Entre 1995 e 1997 foi realizada uma ocupação de terra na região de Colina a 103 km de do Sindicato dos Sapateiros de Franca. Esta ocupação foi muito importante naquela região com envolvimento de várias entidades e sindicato no apoio a luta pela terra e pela reforma agrária, considerado o marco inicial da luta do MST na região.

Depois dessa ocupação, foram realizadas outras no município de Matão e Barretos, mas só à partir da ocupação em 1997 da Fazenda Boa Sorte no município de Restinga -SP, foi possível a conquista do primeiro território do MST na região, com a constituição do Assentamento 17 de Abril, após, foi conquistado em 2002 o território do Assentamento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável-PDS¹² Sepé Tiarajú, em 2007 do Assentamento Mario Lago (PDS DA BARRA) e em 2013 o Assentamento Aparecida Segura (Projeto de Assentamento-PA¹³ ORLANDIA).

O Assentamento Mario Lago, está sendo estratégicos nas ações de solidariedade, pois além de estar próximo das periferias da cidade de Ribeirão Preto, também é caracterizado pela produção agroecológica muito expressiva, em quantidade e qualidade dos seus produtos, a

¹¹ MAFFORT, Kelli. **Brasil de Fato**, 24/06/2019.

¹² Modelo de assentamento desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário-INCRA.

¹³ Modelo de assentamento desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário-INCRA.

qual é reconhecida nacionalmente, pelos projetos de formações e oficinas de agroflorestas agroecológicas.

O processo de implantação de agrofloresta, está intimamente ligada ao trabalho coletivo ou nos chamados mutirões de trabalhos, entendendo que a coletivização do processo é garantia de aprendizado e apoio mútuo na agricultura.

Não podia ser diferente nos territórios onde se desenvolvem as experiências agrofloretais, e como este processo de organização representam resultados, no sentido de vislumbrar a emancipação do trabalhador e na criação de mecanismo autônomos de organização a partir do trabalho.

Assim como na agrofloresta existe a dinâmica da cooperação de várias plantas e organismos para sua sobrevivência e perpetuação da vida, o ser humano/ “agrofloreteire” como parte da natureza, desenvolve-se melhor a partir do trabalho em cooperação, superando os desafios da formação da consciência, compartilhando força de trabalho e troca de experiências entre os entes deste mutirão, pedagógico e produtivo. E, como observado, essa interação extrapola o meio produtivo, se estendendo à uma organização por meio das ações de solidariedade, que tem como premissa a cooperação pela sobrevivência humana.

5. CAMPO E CIDADE NA RESISTÊNCIA SOLIDÁRIA

O impacto da crise econômica em conjunto com a globalização nos países periféricos, nações aonde a maior parte da população nunca conheceu os direitos universais: emprego, previdência, saúde, educação e habitação, aprofunda a desigualdade numa sociedade historicamente e tradicionalmente desigual. Faz muita diferença iniciar um processo de reestruturação produtiva a partir de uma base de pleno emprego ou direitos universais relativamente extensivos em vez de uma base na qual os direitos são privilégios de alguns. (MARICATO, 2015).

As políticas públicas e respectivos Programas de Ação estabelecidas pelos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, como bolsa família, crédito consignado, Programa Universidade para Todos, Prouni, bolsas em universidades privadas, Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária-Pronera, Programa Luz para Todos, Programa de fortalecimento à agricultura familiar entre outros, garantiu oportunidades jamais vistas para os trabalhadores do campo e da cidade. Além desses programas, tivemos também o crescimento da economia no Brasil que proporcionou trabalho para famílias de baixa renda que estavam nas periferias das cidades, e nas favelas, trazendo um pouco de esperança aos trabalhadores de baixa renda.

No entanto, a partir do ‘golpe jurídico’ parlamentar contra a Presidenta Dilma Rousseff em 2016, trouxe as mais severas modificações das estruturas institucionais do País (Alentejano, 2020), causando um retrocesso em relação às conquistas dos trabalhadores em relação às políticas sociais, tanto no campo como nas cidades.

Com a ascensão da direita e da política neoliberal, implementada pelo Governo Temer, temos um maior acirramento da crise econômica que reflete-se em uma crise política e institucional, que levou o País a eleger em 2018, para presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, eliminando diversas políticas públicas sociais e implementando uma política ultraliberal e autoritária.

Este cenário exigiu das forças populares, uma articulação no sentido de garantir a resistência contra o governo, na defesa de territórios e direitos, refletindo no âmbito da regional de Ribeirão Preto, a organização de uma frente de luta pela terra e por moradia, em uma parceria entre MST a União dos Movimentos de moradia – UMM.

Para além do desmonte de políticas públicas em âmbito federal, o município de Ribeirão Preto vivencia um governo descomprometido com as aspirações sociais da

população mais pobre e uma atuação pífia em relação às políticas sociais, pelo contrário, a prefeitura tenta a todo momento despejar famílias das comunidades em plena na pandemia de Covid-19: já são 45 ações de reintegrações de posse contra essas comunidades. As famílias, nesse contexto, temem perder suas moradias, ao tempo que não percebem nenhuma expectativa de uma vida melhor, com mais dignidade e garantia de direitos fundamentais.

Muitos exemplos poderiam ser dados sobre a truculência com que as grandes obras expulsam moradores das redondezas para viabilizar um processo de expansão imobiliária e de construção de um pedaço de cenário urbano global (MARICATO, 2015), que fica pior quando o poder público se alia à especulação imobiliária para retirada das famílias, que hoje é a característica da política do município de Ribeirão Preto, sendo fundamental a articulação de uma unidade de movimentos populares contra essas práticas neoliberais e autoritárias, além da criação de um processo de solidariedade entre a classe trabalhadora.

6. PERIFERIA VIVA E A SOLIDARIEDADE DE CLASSE

Sem condições, sem estruturas de saúde enfrentar a pandemia ficou cada vez mais difícil para estas famílias que vêm em luta pela sobrevivência, desde aumento da contaminação por Covid-19, em março de 2020, que acirrou os impactos sociais da crise econômica, que mesmo antes da pandemia já vinha gerando desemprego ou a precariedade das relações de trabalho, mas com a pandemia e a necessidade de combate ao contágio, ficou evidente a incapacidade do modelo neoliberal em garantir a sobrevivência, levando às populações periféricas a uma situação de insegurança alimentar e fome.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em parceria com a Rede Agroflorestal da Região de Ribeirão Preto, diante dessa realidade, decidiu por organizar um processo de solidariedade, a fim de garantir alimentos para as comunidades (favelas) do município de Ribeirão Preto e região. Uma iniciativa, que já vinha sendo praticada pelo MST, que lançou a campanha nacional de doações de alimentos nas comunidades carentes, chegando a doar mais de 4 mil toneladas de alimentos, 20 mil máscaras, e mais de 700 marmitas preparadas nas cozinhas dos espaços coletivos do MST (MARINHO, 2021).

Esse programa de ação, denominado “Periferia Viva”, foi construída a partir de uma relação de forças populares do campo e cidade, em um processo de solidariedade de classe, entre assentamentos produtivos e comunidade periféricas. Como parte dessa campanha, o MST de Ribeirão Preto, destacando a construção de relações coletivas, da sociedade em grupos organizados, com trabalhos de formação, educação nas comunidades da cidade, com apoio Banquetaço/RP, Casa Ativista, Coletivo Reação, Emancipa, PCB, JUNTAS, UMM e Coletivo Gente.

Neste sentido a distribuição de alimentos, e de marmitas nas comunidades de ocupação urbana no município, conseguiu se garantir uma doação de seis toneladas entre os meses de março e abril de 2020. Em maio, já tinham sido realizadas a doação de cerca de oito toneladas de alimentos, tendo uma diminuição em relação aos meses anteriores devido às dificuldades dos assentados em garantir produção, visto que também enfrentam dificuldades financeiras, dada a diminuição dos canais de comercialização, que lhe garantissem renda.

Portanto, a referida parceria com a Rede Agroflorestal da Região de Ribeirão Preto, foi fundamental, no sentido em que a partir do lançamento de uma campanha de arrecadação de recursos financeiros por meio de doações da sociedade em geral, possibilitou a compra da produção agroflorestal dos assentados e assentadas, do Assentamento Mario Lago e do Assentamento Sepé Tiaraju, além da Brigada Ana Primavesi do Acampamento Paulo Botelho.

A campanha de arrecadação de recursos garantiu não só a renda de assentados e acampados, ao mesmo tempo que garantiu o mínimo de alimentos às comunidades urbanas, e também deu início a um processo de

solidariedade que tende a se estabelecer no pós-pandemia, baseado no consumo de cestas agroflorestais solidárias. Estes processos, denominado de Grupo de consumo Agroecológico Pau Brasil, organizado pela Associação Ecológica Pau Brasil, foi criado em conjunto com a proposta de arrecadação de recursos, pois une o consumo de produção agroflorestal com doação de alimentos, (LIMA, 2020).

Com isso, foi possível aumentar ainda mais a quantidade de doações de alimentos saudáveis e agroflorestais junto às comunidades, conseguindo doar cerca de 40 toneladas, desde o início da campanha até dezembro de 2020.

A campanha ocorreu via plataforma Catarse¹⁴ e obtivemos um valor de 33 mil reais arrecado de doações do Brasil e de outros países, que possibilitou a compra de produtos dos assentamentos de reforma agrária, dos sistemas agroflorestais, com intuito de manter as doações às periferias, sendo apelidado de “PAA Popular”, em referência ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como forma de provocação, já que essas ações seriam de responsabilidade do poder público por meio de políticas públicas, como o PAA, que foram destruídas pelo governo Bolsonaro.

Este projeto teve seu término em dezembro de 2020 com entregas de, no mínimo, uma tonelada de comida às 18 comunidades em parceria com a organização da UMM, em outras comunidades da região, como as dos municípios Jardinópolis e Serrana.

É importante citar as principais comunidades em que foram realizadas as doações, com as devidas homenagens aos movimentos de moradia e lideranças que organizaram os moradores para o recebimento seguro dos alimentos, quais sejam: Comunidade Porto Seguro, Nazaré Paulista, Comunidade Locomotiva, Comunidade Itaú, Comunidade da Família, Comunidade dos Trabalhadores, Comunidade Sete Curvas, Comunidade do Bem, Comunidade da Paz, Comunidade Vila União, Comunidade Vila Nova, dentre outras, atendidas pela campanha de solidariedade, que continuará enquanto durar esta situação de calamidade pública, que causa insegurança alimentar.

Figura 1 – Entrega de alimentos na comunidade



¹⁴ O Catarse é uma plataforma de financiamento coletivo para projetos criativos, que vão dos mais simples até os mais elaborados (WIKIPEDIA, 2021), que possibilita a doação para ações dentro de metas financeiras e prazos estabelecidos.

Fonte: Acervo da autora (2020) Foto: Felipe Augusto Peres

As ações pelo “Periferia Viva” no município atingiram em média de 16 mil famílias em situação de vulnerabilidade social, os alimentos doados, foram produzidos nos territórios do MST na Região de Ribeirão Preto, devendo ser destacado o trabalho realizado pelas Brigadas de Produção Ana Primavesi, Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Helder Câmara e Luís Ferreira, e do Acampamento Paulo Botelho, que na última ação junto à Rede Agroflorestal doaram toneladas de alimentos.

Insta salientar, que a participação das Brigadas de Produção representa um valor significativo na perspectiva da luta pela terra e pela reforma agrária popular, pois tratam-se de famílias acampadas, sem - terras vivendo debaixo de barracos, que se juntaram em três áreas coletivas do assentamento Mario Lago, para desenvolver o trabalho da produção agroflorestal, praticando os princípios da agroecologia, sendo que muitas dessas famílias que fazem parte das brigadas, vieram das comunidades que hoje recebem o que é produzido por estes acampados e acampadas.

Figura 2 – Acampados trabalhando na Brigada do Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Helder Câmara, localizada no Assentamento Mario Lago

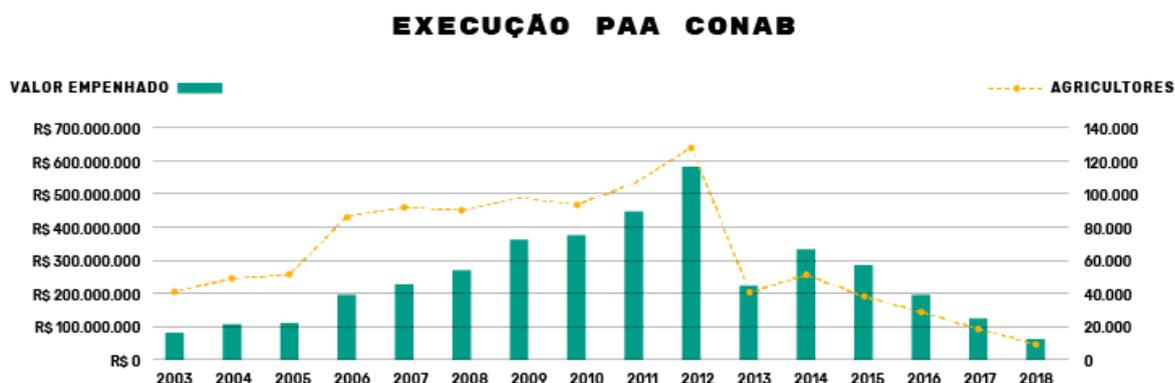


Fonte: Acervo da autora (2021). Foto: Felipe Augusto Perez

As ações de solidariedade do Periferia Viva, refletem a necessidade de se construir políticas públicas afirmativas no sentido de efetivar a reforma agrária popular, já que em nível nacional o MST demonstrou a importância da produção dos assentamentos de reforma agrária na sobrevivência da sociedade, por mais que a mídia tradicional tende a ignorar estas ações populares, elas vem atingindo um ponto de diálogo e trabalho de base com as periferias, além do imenso trabalho de comunicação social feito pelas redes de mídia alternativa.

No que se refere as demais políticas públicas de combate à fome, com exemplo do PAA, é perceptível a dificuldade do governo federal em garantir recursos para um programa que seria fundamental nesse contexto de aumento da fome, sendo importante apresentar o gráfico abaixo que demonstra o desmonte dessa política ao longo de 15 anos, com uma queda expressiva à partir de 2014/2015:

Gráfico 2: Execução do PAA/ CONAB no decorrer dos anos



Fonte: Brasil de Fato. 2021

Para além da atuação do Governo Federal, é possível a implementação de PAA nas diversas esferas do poder público, sendo que foi inclusive apresentada uma proposta no início da pandemia pelo COMSEAN¹⁵ ao governo municipal de Ribeirão Preto, para compra emergencial de alimentos da agricultura familiar à serem distribuídos nas periferia, que foi completamente ignorada.

Foi apresentado na prática o quanto é efetivo um processo de compras da agricultura camponesa, nas ações de solidariedade do Periferia Viva, realizadas no município, demonstrada em números no levantamento abaixo:

Tabela 1 Periferia Viva em Ribeirão Preto

Período	Comunidades	Quantidade
Março		7000 Kg Mst
Abril	Comunidade Dos Trabalhadores, Comunidade Vila Nova, Comunidade Da Paz, Comunidade Do Bem; Jardinópolis	1600 Mst
		1600 Rede
		1600 Rede
		1600 Mst
		Sub Total 13.400 Kg
Maio	Comunidade Sete Curvas Comunidade Itaú Comunidade Nazaré Paulista; Comunidade Locomotiva	2000 Kg
		3.400 Kg (Campanha Agroflorestral)
		Sub- Total: 5400 Kg

¹⁵ Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ribeirão Preto (COMSEAN - Ribeirão Preto), um órgão de caráter consultivo, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com o objetivo geral de propor diretrizes para políticas e ações voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional (Lei Complementar Municipal nº 2869/2018)

Junho	O Ong, Defensora Dos Direitos Lgbt Município De Jardinópolis Município De Jardinópolis Município De Franca Entidade Da Igreja Na Paroquia São Cristovam Município Serrana	1000	Kg
		Mst	
		2000	Kg
		Mst	
		1200	Kg
		Rede	
		1500	Kg
		Mst	
		1200	Kg
		Mst	
		1000	Kg
		Mst	
		Sub Total 7900	
Julho	Comunidade Vila União	1300	Kg Rede
		Agroflorestal	
		Sub Total 1300	
Projeto Catarse De Maio A dezembro 2020. Rede /Mst/março/ 2020 A 2021		Entre Outras As	Cozinhas Doações
		Do Mst Um Total De	14400 Kg
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Rede Agroflorestal da Região de Ribeirão Preto			
Total Geral: 42400 Kg de Alimentos Saudáveis			

Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Rede Agroflorestal da Região de Ribeirão Preto. Elaborado pela autora (2021)

Dessa forma, em resumo, observa-se que além das doações conseguidas via Plataforma Catarse, no decorrer de um ano (entre março de 2020 e março de 2021) o Programa Periferia Viva organizou, articulou e entregou cerca de 42,4 toneladas de alimentos saudáveis nas comunidades (favelas) de Ribeirão Preto. Contando para tal com a produção de assentados e acampados do MST que não pouparam esforços para incrementar a sua produção e doaram alimentos que por vezes, poderiam ser comercializados ou/e consumidos pelas suas próprias famílias, num gesto político e solidário de combate à fome de centenas de famílias atingidas pela pandemia e pela insuficiente ação dos governos locais, estaduais e federal, descompromissados com as mazelas sociais da classe trabalhadora. A autora desse trabalho sente-se privilegiada por ter podido participar ativamente deste Programa de abrangência política, social, educativa e acima de tudo, humanamente solidário.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante destas dificuldades enfrentadas pela agricultura camponesa, principalmente no decorrer do período da pandemia pela Covid 19, foi construído um coletivo junto à Rede Agroflorestal, composto por organizações, cooperativas e associações, agroflorestais, de assentamentos e acampamentos, bem como outros produtores da região, para uma campanha solidária por meio deste coletivo, aonde a sociedade em geral, por meio de doações, garante a compra de alimentos dos camponeses agroflorestais, para serem doados às comunidades, criando uma relação de sobrevivência mútua, entre campo e cidade, construída pela solidariedade de classe.

Essas ações não param e continuam no MST em conjunto com os movimentos e coletivos apoiadores para garantia da sobrevivência e a fim de superar os desafios econômicos que submetem a classe trabalhadora à miserabilidade. Por fim, consideramos uma ação de suma

importância, dada à falta de políticas públicas, em decorrência de uma ineficiente atuação do Poder Público nas demais esferas, sobretudo na esfera do município de Ribeirão Preto, que sequer estabeleceu um comitê emergencial para garantir a segurança alimentar das famílias em vulnerabilidade social, atuando apenas como entidade beneficente intermediária, na distribuição de doações recebidas pelo Fundo Social, não comprando sequer um único item para alimentação, também sequer estabeleceu uma ação de aquisição de alimentos da agricultura familiar, setor que também sofre com a diminuição da renda, a não ser por meio do PNAE ,Programa Nacional Alimentação Escolar que utiliza recurso federal do FNDE, ou seja, a sociedade organizada está garantindo nesta pandemia, e no enfrentamento ao covid 19 com alimentos saudáveis as famílias no qual teria que ser o poder público estar fazendo, é garantir que as pessoas não passem fome.

O processo de solidariedade do MST não se confunde com caridade, traduzindo-se num programa de ação revolucionária, de trabalho coletivo de cooperação entre o campo e cidade, que visa a construção de uma sociedade justa e igualitária, com acesso a alimentos saudáveis para o conjunto da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO. –ABAGRP 2020, Disponível em: <http://www.abagrp.org.br/capital-brasileira-do-agronegocio>. Acesso em: 19 mar. 2021

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **As políticas do governo Bolsonaro para o campo:** a contrarreforma agrária em marcha acelerada. Revista Anpege: Seção Temática - Geografias do Campo Brasileiro: A questão agrária na conjuntura, Brasil, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020

CASIMIRO, Flavio H. Calheiros. **A Nova Direita**, 1.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FIRMINIANO, Frederico Daia. **A formação cultural dos jovens do MST:** a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP). São Paulo-SP: Editora UNESP, 2009. V.1 Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109132/ISBN9788579830433.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 10 mai. 2021.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Editora Record, 2005.

GALEANO, Eduardo, Solidariedade é horizontal, Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTk1NDEyNQ/>.

GLIESSMANN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

INSTITUTO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO-IEA. FRONZAGLIA, Thomaz. **Cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto** Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=8911>. Acesso em: 16/05/2021

JUNQUEIRA, Vitor Hugo. O papel do Estado na expansão do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto -SP. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 19, ed. 31, p. 51-71, Mai-Ago 2016. Disponível em:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/3630/3414>. Acesso em: 19 mar. 2021.

LIMA, Luciano Botelho. **Solidariedade e Soberania Alimentar na Pandemia. MST. 2020.** Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/27/artigo-%E2%80%8B-solidariedade-e-soberania-alimentar-na-pandemia/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A Dialética da agroecologia.** Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. 1 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAFORT, Kelli. **Não se faz agroecologia em vaso de apartamento.** BRASIL DE FATO Junho 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/24/nao-se-faz-agroecologia-em-vaso-de-apartamento-diz-kelli-mafort-do-mst>. Acesso em: 05 maio 2021.

MARICATO, Ermínia, **Para Entender a Crise Urbana;** 1. Ed.. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARINHO, Gustavo. **MST. MST ultrapassa 200 toneladas de alimentos doados em Alagoas durante a Pandemia.** 2020.. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/05/14/mst-ultrapassa-200-toneladas-de-alimentos-doados-em-alagoas-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 16 maio 2021..

MARX, Karl. **O Capital**, 2 Ed.Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.p. 138

MOHR, Matheus. **O conceito de falha metabólica em articulação com a perspectiva agroecológica e da sustentabilidade: contribuições ao ensino de ciências.** Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica-DINTER) UFSC, Florianópolis, 2019.

MST (São Paulo). **Ações de doações:** fotos. 2021. Facebook: MST São Paulo. Disponível em: <https://www.facebook.com/MSTSaoPaulo>. Acesso em: 15 maio 2021.

NEO MONDO (Brasil). **O elo entre desmatamento e epidemias investigado pela ciência.** 2020. Disponível em: <http://www.neomundo.org.br/2020/04/20/o-elo-entre-desmatamento-e-epidemias-investigado-pela-ciencia/>. Acesso em: 15 maio 2021.

NOVAES, HENRIQUE, MAZIN, Angelo Diogo, SANTOS Lais, **Questões Agrária Cooperação e Agroecologia** (Organizadores). Volume1, 1.Ed. Outras Expressões, São Paulo. 2015.

REDE BRASIL ATUAL. **Brasil tem 19 milhões de famintos e 20 novos bilionários durante a pandemia.** Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2021/04/brasil-tem-19-milhoes-de-famintos-e-20-novos-bilionarios-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 14 mai. 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada:** as raízes paulistas do movimento sindical camponês no brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.